

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ – UFC
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM PSICOPEDAGOGIA

**AÇÃO DO PSICOPEDAGOGO NUMA
PERSPECTIVA DE ESCOLA INCLUSIVA**

EVELINE MARQUES DA FONSECA

Fortaleza, Ceará
2005

AÇÃO DO PSICOPEDAGOGO NUMA PERSPECTIVA DE ESCOLA INCLUSIVA

EVELINE MARQUES DA FONSECA

Monografia submetida à Coordenação do Curso de Especialização em Psicopedagogia como requisito parcial para obtenção do grau de Especialista pela Universidade Federal do Ceará.

Fortaleza, Ceará
2005

Esta monografia foi submetida à Coordenação do Curso de Especialização em Psicopedagogia como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Especialista pela Universidade Federal do Ceará e encontra-se à disposição dos interessados na Biblioteca Central da referida Universidade.

A citação de qualquer trecho desta monografia é permitida, desde que seja feita de conformidade com as normas da ética científica.

Eveline Marques da Fonseca

Monografia aprovada em: ____ / ____ / ____.

Gláucia Maria de Menezes Ferreira
(Orientadora)

O respeito mútuo, um respeito sem fingimentos e sem rotinas, um respeito bem intencionado, que todos os dias se ilumina de argumentos novos e todos os dias se sente pequeno diante da sua aspiração, poderá servir de base, dentro da obra educacional, a um movimento de resultados eficientes, no problema urgentíssimo da salvação do mundo pela garantia unânime da paz.

Cecília Meireles

AGRADECIMENTOS

Este trabalho foi concretizado graças à colaboração direta e indireta de um grande número de pessoas. A todas, meus mais sinceros agradecimentos, principalmente:

A Deus, por toda força espiritual.

À professora Gláucia Maria de Menezes Ferreira, orientadora desta monografia, pela dedicação e segura contribuição oferecida.

A minha família, que acolheu e deu crédito de confiança na pesquisa.

Aos meus amigos, Cornelius, Darcy, Ernando, José Maria, Marcílio e Orlane, que mesmo estando distantes, foram-me exemplo de fortaleza, integridade, além de força e compreensão.

SUMÁRIO

RESUMO	vi
INTRODUÇÃO	7
1 INCLUSÃO ESCOLAR	11
1.1 Necessidades Especiais e Necessidades Educacionais Especiais (NEE)	11
2 PSICOPEDAGOGIA NO BRASIL	14
2.1 Formação Profissional Psicopedagógica	14
2.2 Ética Profissional na Psicopedagogia	20
3 PRÁTICA PSICOPEDAGÓGICA	22
3.1 Psicopedagogia Institucional	22
3.2 Psicopedagogia Institucional Escolar	24
4 PSICOPEDAGOGIA NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA	29
4.1 Psicopedagogia na Perspectiva da Escola Inclusiva	29
CONCLUSÃO	47
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	50

RESUMO

O presente trabalho focaliza o psicopedagogo numa perspectiva de escola inclusiva. Discute a problemática da educação inclusiva numa perspectiva psicopedagógica, visando destacar a carência às condições básicas de aprendizagem em alunos com necessidades educacionais especiais, geralmente excluídos do contexto escolar. O trabalho se preocupou em mostrar como o psicopedagogo exerce o papel de intervenção no processo em alunos com necessidades, sejam também temporárias ou definitivas, com diferentes modalidades de intervenção em parceria com a escola, contribuindo para minimizar as dificuldades enfrentadas no desenvolvimento de ensino e aprendizagem centrado na aprendizagem dos alunos com necessidades educacionais especiais, atribuindo proposta inclusiva, que os estimule a superar os problemas neste processo de forma gradual e dinâmica adotando formas de intervenção de acordo com as necessidades e habilidades de cada indivíduo. Essa proposta implica, necessariamente, que a psicopedagogia, em sua prática interventiva na escola inclusiva, trabalha identificando as necessidades individuais e sociais com posicionamento diante do processo de aprendizagem, orientados por concepções e práticas pedagógicas que atendem à diversidade humana, suprimindo a necessidade da integração, no desenvolvimento de aprendizagem com intervenções psicopedagógicas proporcionando aos alunos com necessidades educacionais especiais, uma contribuição mais objetiva e concreta no que se refere à realidade. São constituídos meios de trabalho desenvolvidos em sala de aula e extra sala, com o objetivo de desenvolver todas as oportunidades possíveis para a aquisição de conhecimentos, informações e habilidades básicas. O psicopedagogo contribui com uma visão integrada de aprendizagem, possibilitando melhores condições para detectar com clareza os problemas de aprendizagem dos alunos, atendendo-os em suas necessidades e para sua permanência no contexto escolar.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho monográfico apresenta uma revisão sobre o trabalho do psicopedagogo na atenção a educandos com necessidades educacionais especiais numa perspectiva da Escola Inclusiva.

A idéia focalizada segundo Barbosa (2001) desenvolveu-se a partir da necessidade em praticar na escola uma qualidade de ensino para todos, diversificando os problemas de aprendizagem, utilizando práticas específicas segundo a necessidade e o limite de cada um, estabelecendo um sistema de integração para o desenvolvimento de ensino e aprendizagem. Freire (1996) trabalha o educando na sua múltipla relação com o mundo.

Na visão de Carvalho (2004) o papel do psicopedagogo estar em desdobrar as dificuldades de aprendizagem, dando maior importância o nível social e cultural dos aprendizes para oferecer-lhes os apoios que não receberam em seu meio sócio-econômico.

A ação psicopedagógica prevê na intervenção, um atendimento com procedimentos interativos, contribuindo com práticas educativas, trabalhando todo o contexto em que o processo deve ocorrer, comprometendo-se em prevenir as dificuldades de aprendizagem e/ou trabalhá-las, a partir de uma visão abrangente, tendo o educando como fonte de pesquisa (Weiss 2004).

Essa proposta requer cuidados para exercer com compromisso a tarefa de resgatar o educando do contexto escolar excluído para Feltrin (2004). Além disso, a ação psicopedagógica contribui de modo especial para identificar o problema de aprendizagem dos educandos com necessidades educacionais

especiais, desenvolvendo atividades e técnicas de estimulação, ampliando as possibilidades de prevenção e/ou tratamentos específicos, incentivando o educando a aprender e desenvolver seu potencial, a partir de sua realidade particular (Monoreo et al. 2000).

Com base nestes fatos, a psicopedagogia focaliza a ação inclusiva estabelecendo práticas de ensino adequadas, destacando que o perfil do bom aluno é dependente de uma boa qualidade de ensino, estimulante, fundamentado, em parte, na ação da escola e do professor para integração escolar inclusiva (Correia 2001).

A revisão realizada tem o sentido de chamar a atenção para os fatores internos da escola no contexto inclusivo e para propor uma alternativa satisfatória para sua praticidade integral com o auxílio do profissional psicopedagogo.

Deste modo, o capítulo 1 apresenta uma breve definição das necessidades especiais e as necessidades educacionais especiais. Baseado no Conselho Nacional de Educação.

O capítulo 2 apresenta a formação profissional do psicopedagogo e sua múltipla caracterização, também focaliza o desenvolvimento de aprendizagem visando valorizar o trabalho multidisciplinar abordando alguns procedimentos desenvolvidos no atendimento psicopedagógico. Na visão de Bossa (2004) a importância de outros profissionais, principalmente da área de saúde e de como pode detectar a dificuldade de aprendizagem. São propostos alguns cuidados éticos para desempenhar uma intervenção qualificada e eficiente com o objetivo de esclarecer dúvidas no trabalho integrador.

No capítulo 3 apresenta-se a prática psicopedagógica em campos diferentes e de como pode ser desenvolvido seu trabalho nesses diversos meios: o institucional, na sua múltipla relação com o meio, e o institucional escolar, focando o fracasso escolar como a dificuldade de aprendizagem mais encontrada nos serviços de educação e de como o especialista pode desenvolver-se nesse ambiente institucional de educação, baseado na melhoria de qualidade no processo de ensino e aprendizagem, transformando-se em prática (Zabala, 1998).

Por sua vez, a intervenção psicopedagógica, amplia-se dirigindo-se aos posicionamentos ensinantes e aprendentes em qualquer vínculo: os filhos em relação aos pais, os pais em relação aos filhos, o esposo em relação à esposa, a irmã em relação ao irmão e os meios de comunicação como ensinantes (Fernandez, 2001, p.55).

Na prática, o especialista no seu caráter ético, contextual, e polidimensional, exerce pelo sistema educativo variado, exigências não só para responder as mudanças social e cultural, mas aos interesses às motivações e às capacidades do educando baseada no respeito à diversidade.

A forma como o especialista percebe o trabalho docente, influenciará o caráter na intervenção. O âmbito dessa intervenção é um sistema dinâmico e inclusivo de processo de aprendizagem de confiança nas possibilidades do educando (Stainback & Stainback, 1999).

O capítulo 4 dirige a análise para a escola inclusiva, na visão de Carvalho (2004) abordando sugestões de como o especialista pode intervir no núcleo educacional inclusivo, com metodologias diversificadas, acessíveis à diversidade de educando com necessidades especiais(NEE) para desenvolver um trabalho qualitativo e igual para todos. É nessa perspectiva que são discutidos os temas abordados, com o objetivo de desenvolver a ação psicopedagógica qualificada no contexto da escola inclusiva, fazendo-se necessário esclarecer com bases do Conselho Nacional de Educação (2001), que nem todos os educandos com necessidades educacionais especiais (NEE) são portadores de deficiência, mas aprendizes que estão em processo de inclusão no contexto escolar para utilizar adequadamente as funções cognitivas e as operações mentais.

1 INCLUSÃO ESCOLAR

1.1 Necessidades Especiais e Necessidades Educacionais Especiais

Atualmente, decorrente do Parecer CNE/CEB n.º 17 de 2001 e que inspirou a Resolução n.º 2, de 11 de setembro de 2001, um texto contendo as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, substituindo o da Política Nacional de Educação Especial e, nesse documento consta a expansão desses educandos.

Foi necessário extrair do texto do art. 5 da supracitada Resolução n.º 2, as considerações sobre indivíduos com necessidades educacionais especiais:

- I. Dificuldades acentuadas de aprendizagem ou limitações no processo de desenvolvimento que dificultem o acompanhamento das atividades curriculares, compreendidas em dois grupos:
 - a) aquelas não vinculadas a uma causa orgânica específica;
 - b) aquelas relacionadas a condições, disfunções, limitações ou deficiências.
- II. Dificuldades de comunicação e sinalização diferenciadas dos demais alunos, demandando a utilização de linguagem e códigos aplicáveis;
- III. Altas habilidades/superdotação, grande facilidade de aprendizagem que os leve a dominar rapidamente conceitos, procedimentos e atitudes.

Como enfatiza o texto acima, as necessidades, não se trata apenas em indivíduos com deficiência mental, sensorial, física, motora, múltipla e/ou

decorrente das condutas típicas de síndromes. Faz-se necessário esclarecer que os problemas dessa natureza referem-se às necessidades especiais, alunos sobre essa análise, estar relacionadas a condições, disfunções, limitações ou deficiências e, que podem apresentar dificuldades de aprendizagem decorrente do estilo de ensino e aprendizagem e metodologias didáticas que não atendem ao critério da necessidade específica do aluno. Isso significa que as necessidades educativas escolares de uma pessoa surda, por exemplo, têm características próprias e diferenciadas das de um aluno com alguma deficiência física ou dos que têm deficiência múltipla. As dificuldades de aprendizagem acentuadas nesses alunos, na verdade, não se apresentam com as mesmas características, de acordo com suas necessidades referentes às suas condições e/ou limitações, o problema no processo de aprendizagem são percebidos e, em decorrência, encaminhados para educação especial com atendimento especializado segundo suas reais necessidades e habilidades. O indivíduo com necessidades especiais, dentro de suas limitações, tem vida social diversificada, mas cidadã, sua dificuldade maior, muitas vezes, não é encontrada na sua limitação e/ou condição física, motora, psíquica, etc., mas no processo de aprendizagem. Suas condições de desenvolvimento cognitivo, na prática pedagógica, em sala de aula e extra-sala, podem proporcionar um estilo de aprendizagem e, mesmo dentro da complexidade dos problemas de aprendizagem, suas condições para desenvolver-se bem, exige-se segundo a natureza de suas dificuldades, espaços onde são incluídos os problemas, como forma de procurar resolvê-los, oferecendo ajuda e apoio às necessidades, adotando procedimentos específicos para atender às deficiências, condições

e/ou limitações realizando um processo de aprendizagem participativo e adequado às necessidades especiais. Ressaltando que desenvolvem meios diversificados no desenvolvimento de ensino e aprendizagem, bem como um grupo complexo na definição e caracterização específica.

No que se refere às necessidades educacionais especiais, não implicam em critérios vinculados a uma causa orgânica específica, decorre de dificuldades de aprendizagem, indivíduos em desvantagem de conhecimentos e de experiências comparados a outros de sua faixa etária, os problemas específicos de aprendizagem que dificultam o acompanhamento das atividades curriculares, dentre outros, que não apresentam incapacidade intelectual, sensorial ou emocional graves, são dificuldades temporárias, mas que podem tornar-se permanentes, quando não são atendidas em condições reais às dificuldades. O grupo das altas habilidades/superdotação também é considerado necessidades educacionais especiais. Mas apontam para a importância dos problemas de atenção e percepção, problemas emocionais, dificuldades específicas em raciocínio, cálculo, de compreensão e interpretação, atenção e percepção, problemas de natureza cognitiva, afetiva-emocional e psicossocial, etc. Problemas de aprendizagem decorrentes de possíveis dificuldades que comprometem o indivíduo no desenvolvimento cognitivo, e não devem ser rotuladas como deficiências, mas necessidades para a aprendizagem, reconhecendo que são inúmeras classificações sobre dificuldades de aprendizagem. E é importante saber que ambas estão interligadas com o objetivo de investigação na área de ensino e aprendizagem, buscando expandir a aprendizagem na inclusão escolar.

2 PSICOPEDAGOGIA NO BRASIL

2.1 Formação Profissional Psicopedagógica

Historicamente, a Psicopedagogia tem origem no séc. XIX, na Europa, mas no Brasil, como formação de especialistas, iniciou-se na década de 1970, com a necessidade de atender às dificuldades de aprendizagem, acreditando-se que muitas dificuldades têm co-relação com a inadequada formação escolar. Assim, a educação traz no seu bojo, explícita ou implicitamente, a Psicopedagogia como uma necessidade e contribuição ao ensino.

Deste momento histórico até os dias atuais, a Psicopedagogia vem acompanhando a trajetória da educação brasileira, procurando determinar o seu espaço, não por ser uma exigência, mas por ser uma necessidade de fato nos problemas de aprendizagem, partindo-se de uma visão abrangente com destino mais contextualizado a uma resposta para a queixa escolar.

Outro aspecto a ser considerado é a íntima relação que mantém com a Psicologia, Psicopedagogia Escolar e a Medicina. São vinculadas e identificam a intervenção como o principal instrumento de trabalho psicopedagógico.

“...Podemos caracterizar o campo profissional da psicopedagogia como aquele para o qual conflui um conjunto de profissionais – basicamente psicólogos, pedagogos e psicopedagogos – cuja atividade fundamental tem a ver com a maneira como as pessoas aprendem e se desenvolvem, com as dificuldades e os problemas que encontram quando levam a cabo novas aprendizagens com as intervenções dirigidas a ajudá-las a superar estas dificuldades e, em geral, com as atividades especialmente pensadas, planejadas e executadas para que elas aprendam mais e melhor. De um ponto de vista genérico, podemos dizer que o trabalho psicopedagógico está intimamente vinculado à análise, ao planejamento, ao desenvolvimento e à modificação de processos educacionais” (Coll, 1996,p.33).

O trabalho psicopedagógico tem a função de prevenir os problemas de aprendizagem e tratá-los segundo a realidade institucional, elaborando planos de intervenção com base diagnóstica. Assim, para Weiss (2004) cabe ao

psicopedagogo realizar terapias e investigações que trabalhem, prevenindo e evitando o surgimento de outros problemas. O que se pretende é trabalhar com o aprendente, extraindo dele suas dificuldades e seus conhecimentos, segundo sua realidade e através da interação que mantém com o meio escolar que vai construindo o conhecimento, fazê-lo superar as dificuldades trabalhando diretamente na qualificação, proporcionando soluções satisfatórias para seus problemas, cuja prática se baseia na intervenção psicopedagógica, à formação de um clima educativo, pois se pretende dar ao aprendente melhores condições para desenvolver conhecimento, necessário no processo de ensino e aprendizagem.

Convém registrar que o tratamento psicopedagógico não se transforme em refúgio de aprendentes que cabulam aula ou são tirados da classe por problemas com os professores, como indisciplina e falta de exercícios ou de material, essa função não se refere a esse profissional. Sua prática deve estar em procurar ajudá-lo a construir o conhecimento, a facilitar as condições de aquisição desse conhecimento, promovendo as interações e toda a teia de relações que o envolva, deve ser vista como um processo ativo e dinâmico, como construção, produção de conhecimento, de saberes, de comunicações e interações. A preocupação está direcionada para compreender o desenvolvimento do aprendente, do ponto de vista cognitivo, afetivo e de sua inserção social. Pretende-se atuar junto com o aprendente valorizando todas as ações que formam o seu contexto pessoal e social, a parte cognitiva, mas também a construção afetiva, subjetiva em que se apóiam os valores, ideais em interação para o desenvolvimento cognitivo.

“O psicopedagogo poderá definir melhor seu papel em relação à escola, à família e ao meio social, percebendo também a necessidade de sua intervenção nos meios de comunicação” (Fernandez, 2001, p.55).

E de forma cada vez mais acelerada, é inquestionável que a Psicopedagogia ocupa significativo espaço no cotidiano escolar, extra-escolar e clínico, exigindo do especialista competência, fundamentos (curiosidade epistemológica), exercícios de percepção, mais para aprender, ensinar, conhecer e, portanto, intervir no processo de desenvolvimento de aprendizagem, possibilitando transformações qualitativas e contínuas, desenvolvendo estratégias que levem à reflexão, à problematização, ao estabelecimento de relações com o desenvolvimento de aprendizagem, ao exercício da análise, da síntese e da autocrítica. E nessa ação, recorre-se sempre aos conhecimentos teórico e prático profissional, possibilitando hipótese provisória ao longo do processo, até formar a hipótese de trabalho permanente no que será desenvolvido no tratamento com o aprendente, conhecendo sua bagagem cognitiva e, mesmo que fragmentada, estimulá-la para que ele sempre seja capaz de produzir e criar.

O psicopedagogo exerce um trabalho voltado à prática cognitiva, em um espaço interdisciplinar em situação de abertura permanente, de diálogo, não só com os aprendentes como com seus demais parceiros: psicólogos, pedagogos, psicopedagogos, fonoaudiólogos, otorrinolaringologistas, oftalmologistas, neurologistas e demais profissionais da Educação e da Saúde.

O psicopedagogo atua num campo com diversos profissionais, utilizando-se de inúmeros recursos disponíveis para fornecer elementos, subsídios necessários que sirvam de fontes esclarecedoras ou provocadoras

para contribuição na intervenção no desenvolvimento de aprendizagem. É importante enfatizar que o especialista promoverá condições, meios, para que o aprendente seja o promotor da sua história no espaço educacional. Convém lembrar que esta proposta, mais do que todas as outras, deve ser planejada de acordo com a realidade existente, valorizando aspectos cognitivos e afetivos. A proposta psicopedagógica ressalta o aprendente como um ser participativo da construção do conhecimento, possibilitando-lhe resolver seus próprios problemas no desenvolvimento cognitivo, suas dúvidas e indagações, sendo capaz de encaminhá-lo para solução dos mesmos com as reflexões necessárias.

O psicopedagogo reconhece que tratar aprendentes com dificuldades de aprendizagem não é tarefa fácil, são inúmeras as modalidades de dificuldades:

- problemas de atenção e percepção;
- dificuldades de compreensão e interpretação;
- dificuldades específicas de leitura;
- dificuldades específicas em cálculo;
- dificuldades específicas em raciocínio;
- problemas emocionais etc.

Esses elementos de reflexão, lembrados brevemente, bastam para indicar que antes de ser um problema de aprendizagem, trata-se de um problema político-social, mas apontam para a importância profissional do psicopedagogo.

“Vale a pena considerar que, em geral, é preciso provocar o interesse e que este exige atenção para que ao longo do processo de aprendizagem não se dilua” (Zabala, 1998, p.96).

Os conhecimentos adquiridos pelos especialistas são executados com trabalhos de prevenção, assessoramento a possíveis dificuldades cognitivas, lingüísticas, motoras, intra e interpessoal, ou seja, a área afetada que possibilitou problemas no desenvolvimento do ensino-aprendizagem.

“O psicopedagogo precisa de marcos explicativos e integrados sobre aprendizagem, o ensino e o desenvolvimento” (Solé, 2001, p.31).

O problema de aprendizagem deve ser centrado e refletido detalhadamente através de levantamentos, análises, interpretação e integração dos dados; as informações são obtidas ao longo do tratamento, descritas pelo aprendente, onde os dados são oriundos das várias técnicas utilizadas na busca de concordâncias e/ou discordâncias para as conclusões. O diagnóstico (categoria nosológica ⇒ CID/avaliação compreensiva ⇒ aspectos psicodinâmicos) e o prognóstico (curso provável do transtorno) e os resultados ou informe, que consiste na devolução das conclusões diagnósticas e prognósticas do caso estudado, são entregues aos responsáveis pelo aprendente atendido, realizado de modo oral ou escrito, com algumas recomendações necessárias registradas pelo psicopedagogo. Com base nesses levantamentos, na diversidade do aprendente, é o profissional que deve evitar futuras queixas, construindo meios democráticos e responsabilizando-se na integração do desenvolvimento de aprendizagem, possibilitando satisfação no querer aprender, oferecendo instrumentos úteis e práticos, envolvendo o

aprendente com tratamento significativo. Weiss (2004) declara que a intervenção exige senso e teor crítico, sempre procurando detectar o problema, para um tratamento interventivo precoce e contínuo em curto, médio e/ou longo prazo, dentro de uma proposta abrangente, contextualizada no problema, o que, por sua vez, facilitará o desenvolvimento de aprendizagem.

A insistência em formar profissionais abertos com o objetivo de alcançar uma boa seleção do que pode ser ensinado e aprendido e, nesse desenvolvimento, organizar mentalmente a qualidade e a dosagem da quantidade de informações, produz estímulos no campo emocional, condicionando a construção interna básica para aprender no aprendente, conseqüentemente, possibilitando seu crescimento cultural, cognitivo e motor. E de forma direta e intencional, favorecendo diálogo e não minimizando o problema, mas propondo intervenção para os problemas de aprendizagem, com técnicas e atividades que visam atingir o conhecimento que engloba vários conhecimentos e dimensões de leitura de mundo no aprendente. Amplia-se, então, a prática psicopedagógica, que não se limitará em conhecer só a realidade do aprendente, mas alargará esse conhecimento para análise da própria realidade social. Nesse contexto, evidencia-se toda a multiplicidade e diversidade de significados que dela emerge.

O psicopedagogo, através de jogos educativos cujo objetivo são o estímulo ao desenvolvimento da atenção, memória e percepção visual e auditiva, compreensão, raciocínio e interpretação, pretende destacar a importância da leitura para o estudo, rapidez e compreensão do que se lê, a auto-avaliação da extensão do vocabulário e a capacidade de interpretação e

nestas atividades buscar consolidar a percepção de si mesmo, pretendendo garantir a possibilidade de realização, valorização, reformulando-os em direção a um conceito positivo próprio do aprendente, capacitando-o a organizar horários de estudos, adaptados às condições pessoais do aprendente. Para Solé (2001) nada é mais prático que uma boa teoria.

Essa necessidade é, sem dúvida, maior do lado psicopedagógico e por meio de estratégias adequadas desenvolverá no campo profissional conhecimentos e práticas visando mudar e melhorar o desenvolvimento de aprendizagem dos aprendentes, conhecendo-o, rumo à educação de qualidade, através de especialistas preparados para atender os desafios e problemas de aprendizagem comprometidos com as reais necessidades exploradas no momento, com enfoques educacionais visando prevenir e/ou trabalhar os problemas de aprendizagem, construindo juntos as condições facilitadoras e desejáveis ao desenvolvimento pleno do indivíduo com dificuldade.

2.2 Ética Profissional na Psicopedagogia

“O psicopedago que age eticamente é um profissional que sabe, que aprende, que analisar, que vai à raiz dos problemas e do conhecimento que está disponível para abordá-los” (Solé, 2001, p.30).

As competências requeridas de um verdadeiro especialista consistem, de preferência, em estar em processo de atualização permanente através de leituras, congressos, simpósios etc. Seria bom que fosse associado da Associação Brasileira de Psicopedagogia (associação do seu Estado), entidade

que tem preocupação de manter o psicopedagogo permanentemente atualizado em todos os aspectos da profissão.

Através de relações interpessoais e visando ao desenvolvimento integral do aprendente, o psicopedagogo necessita de determinados requisitos pessoais imprescindíveis ao cumprimento de sua missão.

As condições pessoais fundamentalmente são:

- equilíbrio emocional e de personalidade que não sofra influência pelos problemas do aprendente, nem permita que seus problemas pessoais interfiram em seu campo de trabalho;
- estímulo às relações entre pessoas, nas comunidades a que pertencem e nas instituições da sociedade, para contagiar de otimismo o aprendente;
- empatia para ser capaz de colocar-se no lugar do aprendente, a fim de compreender os problemas do mesmo;
- oferecer nesse campo profissional um trabalho diversificado e relacional, respeitando as experiências profissionais alheias;
- tratar de resolver o problema partindo do ponto fundamental da dignidade à família e ao aprendente;
- ser sigiloso nos dados obtidos, particularizar o problema isolando de forma anônima, sem comprometimento do aprendente a terceiros;
- expor o caso somente a profissionais envolvidos, mas de forma discreta, para maiores análises e observações comportamental e relacional;
- registros pessoais dos dados obtidos com sigilo;

- liberdade de expressão, para gerar confiança. Embora aborde assuntos delicados, o diálogo deverá fortalecer as relações interpessoais dos envolvidos;
- possibilitar ambiente relacional exclusivo para o aprendente para um assessoramento significativo;
- parceria com outros profissionais envolvidos, para uma melhor qualificação à pesquisa, à formação profissional;
- honestidade profissional à perícia, à personalidade, o caráter psicopedagógico, mantendo o código relacional a reflexões e críticas construtivas aos assuntos específicos, sem interrupções, preparando o futuro profissional que visa contribuir para a qualificação própria.

Porém, independentemente de abordagens de outros psicopedagogos, a ética profissional deve apoiar-se em uma identidade própria, capaz de defender suas convicções e valores para a transformação contínua do aprendente, mediando de forma fundamentada, beneficiando a relação e a qualidade profissional.

3 PRÁTICA PSICOPEDAGÓGICA

3.1 Psicopedagogia Institucional

A psicopedagogia institucional amplia-se na atuação psicopedagógica em creches, empresas, hospitais, organizações assistenciais, inseridas num processo educativo, intervindo na construção e elaboração do processo cognitivo do indivíduo, desenvolvendo trabalhos produtivos que os ajude a

adquirir maturidade cognitiva e social, percebendo-se nos problemas, e, assim, atuarem de modo participativo nas dificuldades de aprendizagem. E a partir da multiplicidade do atendimento psicopedagógico, extrair informações sobre cada caso e evitar que se acentuem dificuldades que favoreçam atitudes de regressão no desenvolvimento de aprendizagem.

A psicopedagogia institucional contribui para os trabalhos em vários contextos, dessa forma, César Coll Salvador classifica-os:

1 - relacionados com as práticas educativas escolares:

- serviços especializados de orientação educativa e psicopedagógica;
- escolas específicas e serviços de Educação Especial;
- elaboração de materiais didáticos e curriculares;
- formação dos professores;
- avaliação de programas, escolas e materiais educativos;
- planejamento e gestão educativa;
- pesquisa educativa;

2 - relacionados com outros tipos de práticas educativas:

- serviços e programas de atendimento educativo à infância, à adolescência e à juventude;
- educação de adultos;
- programas de formação profissional e trabalhista;
- programas educativos/recreativos;
- televisão educativa e programas educativos multimídia;

- campanhas e programas educativos em meios de comunicação;

3 - relacionados com a psicopedagogia e a psicopedagogia clínica infantil:

- centros de saúde mental, hospitais, serviços de atendimento precoce etc.;
- centros de diagnóstico e tratamento de dificuldades de aprendizagem.

3.2 Psicopedagogia Institucional Escolar

O psicopedagogo, ao longo de sua profissão, tem buscado abordar a questão do problema de aprendizagem, dentro das normas educacionais e sociais e, se as ações pedagógicas estão sendo adequadas aos processos de desenvolvimento dos alunos. Intervindo na escola, especificamente dentro da sala de aula, sem desconsiderar o gênero profissional do professor, o psicopedagogo propõe colaborar com os planos educacionais atuando de modo preventivo em parceria na resolução dos problemas de aprendizagem.

“Na escola, o psicopedagogo pode trabalhar sem substituir o pedagogo, incluindo outro modo de olhar, o qual consiste em ler nos alunos e nos professores as posições ensinantes e aprendentes” (Fernandez, 2001, p.55)”.

A escola tem um papel muito importante no desenvolvimento dessas ações, e sua função social enfatizada pela interação social, assume relevância na questão da formação do aprendente. Segundo Durkheim (1978), o indivíduo

internalizará os elementos de sua cultura, construindo seu universo intrapsicológico a partir do mundo externo. Com isto, se pretende uma permanente ação formativa orientada para favorecer o desenvolvimento do aprendente (aluno), no seu nível social e individual.

Em sentido estrito, a educação como instituição específica escolar tem finalidades explícitas de instrução e ensino mediante uma ação consciente, deliberada e planejada, sem separar-se daqueles processos formativos gerais.

“A psicopedagogia na e para a escola, na verdade, é das contribuições para que os novos paradigmas da ciência possam se instalar no interior desta instituição, possibilitando uma visão e uma ação interdisciplinar, holística, sistêmica que permitam que o ser humano seja visto como inteiro, como alguém que pensa, sente, faz e compartilha, e que possibilite que a aprendizagem não fique restrita a um ato de simples acumulação de informações já pensadas e concluídas em tempos passados” (Barbosa, 2001, p.21).

Na prática, o psicopedagogo aplica as intervenções para resolver problemas e questões que surgem no cotidiano da escola e do espaço da sala de aula, estes dados reforçam a necessidade de tratar os processos pedagógicos de forma contextualizada, mostram que a relação professor-aluno-psicopedagogo é fundamental, apesar de redimensionar o indivíduo por grande parte da sua existência, resgatando sua relação com a aprendizagem.

O psicopedagogo, colaborando para sua boa execução, atividades, coordenando com outros profissionais – Direção, assistente de Direção, coordenação pedagógica, e de áreas, de série etc. – atua intervindo nas atividades que lhe são privativas e como participante de inúmeras outras tarefas desenvolvidas na escola, se uma e outras não foram delimitadas com clareza, a atuação do psicopedagogo pode se tornar confusa e o seu

relacionamento com os demais profissionais ficar prejudicado. Por esse motivo, os problemas usuais de relacionamento com diferentes especialistas que trabalham nas escolas evidentemente devem contribuir para que as atribuições de cada um sejam do conhecimento de todos, principalmente, do coordenador ou supervisor escolar.

Mas como os demais funcionários, o psicopedagogo está subordinado à Direção que é, portanto, a autoridade máxima na escola. Da mesma forma, a relação do psicopedagogo com o corpo docente poderá ser fácil e agradável, ou vir a ser dificultada e até hostilizada pelos docentes. Às vezes, a equipe docente tem características que facilitam ou dificultam o relacionamento com o psicopedagogo e, conseqüentemente, influem positiva ou negativamente no trabalho dele. Há, por exemplo, escolas cujo corpo docente é mais antigo, experiente e fechado e nas quais, nunca existiu um psicopedagogo, sinal de ameaça, e com a chegada desse profissional, o professor poderá recebê-lo com certas reservas e até antagonismo.

“A psipedagogia no âmbito institucional pode desenvolver uma prática que aborde o ensino / aprendizagem dentro da escola, visando administração das mudanças necessárias, colaborando para que a escola não encare as mesmas como mais algumas “modas educacionais”, e sim como transformação do que já existe, a fim de que não se regrida na história e efetive-se o avanço” (Barbosa, 2001, p.25).

As situações desagradáveis podem agravar-se se ele não der a conhecer, com clareza, suas atribuições e se começar a interferir, indevidamente, no trabalho do professor, introduzindo inovações e tarefas adicionais para eles, sem que estes percebam sua utilidade. Desse modo, muito provavelmente, eles não só não aceitarão tal interferência, como também

poderão tentar obstruir o trabalho psicopedagógico, sonegando informações essenciais, atrasando a entrega de dados, descumprindo solicitações, enfim, chegando, às vezes, até à falta de respeito profissional.

Portanto, o psicopedagogo deve conhecer e valorizar o corpo docente, porque são esses professores que, no cotidiano, encarnam o poder da escola, com a agressividade, com a crítica, com os protestos diante das exigências da escola e dos alunos. A capacidade de comunicar-se tranqüilamente com os professores e aderir a um princípio de diálogo é, portanto, palavra de ordem e, ao mesmo tempo, uma competência profissional.

O psicopedagogo deve dirigir-se a debates e entrevistas envolvendo pais e professores na construção dos saberes do aluno.

“É preciso insistir: este saber necessário ao professor – que ensinar não é transferir conhecimento – não apenas precisa ser apreendido por ele e pelos educandos nas suas razões de ser – ontológica, política, ética, epistemológica, pedagógica, mas também precisa ser constantemente testemunhado, vivido” (Freire, 1996: p.47).

Na visão de Weiss (2004) a escola é o processo mais ativo para aprendizagem, portanto, o psicopedagogo na escola enfoca a característica da prevenção, intervindo no desenvolvimento de ensino e aprendizagem, removendo as situações difíceis do não-aprender. E mediante a diversidade dos alunos, promover a possibilidade do querer aprender, através de tratamento e assessoramento psicopedagógico para apreensão do processo de aprendizagem, melhorando as condições básicas de ensino com qualidade,

contribuindo para não agravar o fracasso escolar e sob essa perspectiva, o assessoramento no ensino tem assumido por parte do psicopedagogo ação consciente e comprometida com a totalidade do processo de aprendizagem, numa visão transformadora, preventiva, através de procedimentos e técnicas de ensino significativo, pois o foco de referência principal é o aluno qualificado.

A escola, em parceria com o psicopedagogo, espera da família, principalmente dos pais, uma confiança de base que nem sempre obtém. A sondagem familiar será necessária, principalmente se o professor ou a coordenação não tiverem dados concretos sobre o aluno. Usando de uma interação construtiva, o rendimento no ensino será satisfatório. Essa necessidade é, sem dúvida, maior, pois o especialista que partilha com a família dessa maneira não tem muitos problemas com os pais.

A instituição escolar, em geral, precisa responsabilizar os pais, comprometê-los, pois são eles, direta ou indiretamente, alguns dos responsáveis pelas dificuldades de aprendizagem e, mais ainda, pela sua conduta. Portanto, a escola, tendo como base educar, também requer a parceria dos pais. A experiência ensina o profissional a ter humildade, em vez de tentar dominar. Tudo isso, certamente, favorece o diálogo, orientando os pais no sentido do saber que determina sua relação com a escola, possibilitando debate.

“A maneira como o profissional acolhe o primeiro contato com a família ou o próprio paciente é importante para a continuidade do processo” (Weiss, 2004, p.41).

Assim, o profissional deve ter a competência também de não fragilizar os pais nas dificuldades de seus filhos, pois os fatores no processo de ensino e aprendizagem são diversos, embora se tenha mencionado sua responsabilidade. Todavia, críticas e interrogações serão freqüentemente ousadas nesse processo escolar. Assim, a função do especialista na escola requer prevenir o fracasso escolar de forma sensata, objetiva, deixando o campo aberto em parceria com os demais profissionais na escola. Mas para o trabalho integral na escola, o psicopedagogo integra-se com pais e professores, favorecendo reflexão e análise crítica dos problemas e o que poderá desenvolver a capacidade para o estudo eficiente dos alunos.

A experiência na escola, com os professores, pais e alunos tem constado bons resultados.

4 PSICOPEDAGOGIA NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

4.1 Psicopedagogia na Perspectiva da Escola Inclusiva

“O campo de atuação do psicopedagogo refere-se não só ao espaço físico onde se dar esse trabalho, mas especialmente ao espaço e epistemológico que lhe cabe, ou seja, o lugar deste campo de atividade e o modo de abordar o seu objeto de estudo” (Bossa, 2000, p.29).

A proposta psicopedagógica na perspectiva inclusiva quer modificar o conceito, e que teoricamente se propagou, de que a escola inclusiva se destinava somente a alunos com deficiências, portadores de condutas típicas das síndromes neurológicas, psiquiátricas ou com quadros psicológicos graves. No entanto, a inclusão social na escola trata-se de uma instituição para os

alunos com Necessidades Educacionais Especiais (NEE), requer qualificar o ensino num sistema inclusivo na prática, qualidade na educação para todos, na sua diversidade. E, de forma receptiva, acolher na individualidade de cada aluno sem discriminação ou preconceitos.

O psicopedagogo terá a função de desenvolver técnicas necessárias, capazes de sustentar a inclusão na sala de aula, atendendo às necessidades educacionais de cada aluno, variando os métodos de ensino, proporcionando estratégias de desenvolvimento de aprendizagem segundo o estilo de aprendizagem de cada aluno com necessidades educacionais especiais etc.

Diante dessa realidade, a atenção do psicopedagogo não se volta somente para o aluno-problema, com dificuldades de aprendizagem ou de relacionamento, rotulado pela escola como o problemático. Na escola sua preocupação é, de assumir a realidade de cada aluno com NEE, valorizando as diferenças individuais, evitando que se acentuem dificuldades na aprendizagem, não necessariamente o portador de deficiência física, auditiva, visual, mental etc., mas portador de necessidade educacional especial.

“A sociedade e a escola, mais os professores na sala de aula, devem estar preparados e capacitados para poder tratar e conviver com a diferença” (Feltrin, 2004, p.15).

O trabalho psicopedagógico, na prática inclusiva, significa contextualizar e tratar o aluno como único na sua diversidade, mas cada um na sua individualidade e dificuldades na aprendizagem, interagindo dentro da sala de aula, incluir-se no contexto educativo e, não propiciar uma segregação entre o aluno normal e o diferente. Significa modificar, perante os profissionais da

escola, estruturas no educar sem excluir, considerando o problema aberto à discussão.

A psicopedagogia deve, no entanto, manter os serviços de intervenção, permitindo aos alunos com dificuldades ou portadores de deficiência, sentirem-se verdadeiramente incluídos na escola e, não massificar o ensino. A questão é colocar-se na escola interagindo com a diferença.

“O princípio da inclusão apela para a educação inclusiva que pretende, de um modo geral, que todos os alunos, com as mais diversas capacidades, interesses, características e necessidades possam aprender juntos, que seja dada atenção ao seu desenvolvimento global (acadêmico, sócio-emocional e pessoal), que se crie um verdadeiro sentido de igualdade de oportunidades (não necessariamente as mesmas oportunidades para todos), que vise o sucesso escolar” (Correia, 2001, p.125).

O atendimento psicopedagógico na escola inclusiva não se limita somente em alunos com necessidades educacionais especiais, mas de todo o sistema que, também na prática, deve ser inclusiva, dispondo de recursos materiais para que se tenha atendimento conveniente. O psicopedagogo, ao tentar caracterizar-se nesse contexto, quer identificar não só os pontos comuns na análise, mas também reforçar que a contextualização da inclusão tem sérios comprometimentos com a contextualização da Psicopedagogia. De experiências esparsas e “isoladas” em algumas escolas, passou o atendimento para um experimento produtivo, sua integração nas diferentes correntes estão repletas de inovações no movimento escolar. De fato, só tem sentido adotar uma iniciativa inclusiva se a mesma puder ser adaptada à realidade concreta onde vai ser desenvolvida.

“O processo na obtenção de um ensino respeitando a diversidade implica dotar-se de referências psicopedagógicas que vejam as diferenças como algo consubstancial à natureza humana e que, no âmbito da educação, permitam gerar

respostas adaptadas a partir de todos os níveis da instituição, desde seus pressupostos organizacionais e curriculares mais gerais até os que, especificamente, são concretizados em uma sala de aula e em relação a um aluno determinado” (Monereo et al. 2000, p. 14).

É possível dizer que há como tratar e fazer um atendimento inclusivo na escola, em termos de alunos NEE, mas também analisar o tipo de tratamento que está a fazer a escola hoje com eles. Entendendo-se que, desde o diretor da escola, o proprietário, os do setor administrativo, porteiros, professores, todos estão envolvidos.

“Todos os defensores da melhoria das escolas para melhor atenção às diferentes necessidades dos alunos devem unir-se e reconhecer o princípio de que as boas escolas são boas escolas para todos os alunos e, então, agir com base nesse princípio” (Stainback & Stainback, 1999, p.70).

A psicopedagogia, na sua origem, fundamenta seu tratamento ao ajustamento dos alunos à educação qualificada, deve ser percebida como uma atividade específica, desenvolvida através de uma ideologia que não pode ser neutra, mas que possibilite ao indivíduo se autoconhecer, a fim de participar com direito à igualdade de oportunidades, o que não significa modo igual para todos, mas na sua individualidade. O psicopedagogo analisa o confronto e as contradições no desenvolvimento de aprendizagem, esclarecendo, identificando o problema real e a atuação do aluno nos fatos correspondentes. O aspecto principal do psicopedagogo na escola inclusiva deve ser de preparar o indivíduo para olhar de fora para dentro, aliando a subjetividade de cada excluído à objetividade do meio, enquanto ser vivo, atribuindo o direito ao respeito, o de viver e participar na escola.

A intenção é revestir o caráter psicopedagógico, no sentido de ajustamento, fazendo com que a escola aceite a mistura de alunos na sua diversidade cultural e cognitiva e, não fingir aceitar, construindo no aluno a baixa auto-estima, o sentimento de inferioridade. Ensinar não é o mesmo que policiar. E é durante essa análise que toda essa mudança de perspectiva para inclusão de alunos no contexto escolar ocorre e modifica, favorecendo uma ação de intervenção acessível a todos e não um atendimento elitista, na mesma medida em que traz no conteúdo a intenção maior de preparar uma elite para conduzir-se a grupos iguais de atendimento, sem exclusividades. Discernir o campo de atendimento por completo, resgatando o respeito e a igualdade de oportunidades, baseado na ética profissional com reflexões inclusivas e assimilação dessas idéias no coletivo, para valorização maior, tornando-os iguais com o objetivo de selecionar sim, a dificuldade e orientá-los na construção progressista da prática do desenvolvimento de aprendizagem, segundo o limite de cada um, que são apresentadas e necessitam de ajustes, recursos ou medidas pedagógicas diferentes.

“A atenção as diferenças individuais faz parte de todas as estratégias educativas e baseia-se no respeito à individualidade de cada aluno” (Feltrin, 2004, p.83).

A ação psicopedagógica na inclusão, não se trata apenas de garantir vaga nas classes de ensino regular ou especial, mas assegurar uma proposta de inclusão educacional escolar, prevenindo a ação do preconceito na escola.

Para Carvalho (2004), as dificuldades acentuam-se pela falta de disponibilidade à remoção dessas barreiras; o procedimento psicopedagógico

garante especificar a importância da participação de todos, para promoção do trabalho na diversidade para o rendimento cognitivo.

O psicopedagogo, diante dessa situação nova, amplia-se, oferecendo oportunidades para todos, inclusive com a ajuda de uma orientação e assessoramento que trate cada aluno ou profissional da escola, buscando evitar o aparecimento de problemas e desajustes na escola.

“Igualdade de oportunidades, respeito às necessidades individuais, melhoria da qualidade do processo ensino-aprendizagem (respostas educativas das escolas), melhoria das condições de trabalho dos educadores, maior participação das famílias e da sociedade em geral, remoção de barreiras para a aprendizagem e para a participação (...) são outros princípios que devem ser seguidos para colocar-se em prática o que se concebe como sistemas educacionais inclusivos” (Carvalho, 2004, p.79).

A compreensão da necessidade de integração entre todos é uma das etapas importantes na qual deve se empenhar o psicopedagogo, visto ser o profissional com possibilidades de favorecer e dinamizar as relações humanas na escola. Numa dimensão psicopedagógica, promover reuniões e entrevistas com as famílias na formação do autoconceito favorecerá reflexão e respeito.

Em entrevistas com os pais durante o acompanhamento de alunos com dificuldades de aprendizagem, alguns casos revelam como causa a dinâmica familiar comprometida e em processo de desajustamento entre os pais, a inexperiência no relacionamento com os filhos ou no tratamento diferente entre irmãos. Em alguns casos, a orientação à família pode auxiliar como alternativa para solucionar questões relacionadas com o desempenho pedagógico insuficiente na aprendizagem e na socialização sem discriminação.

Realizam-se, também reuniões nas quais busca-se esclarecer as prováveis causas e resultados, e orientar os pais indicando certas diretrizes da ação psicopedagógica, ou, em outros casos, apontando profissionais especialistas em determinados problemas emocionais afetivos graves.

“... A inclusão, como desejava e necessário movimento para melhorar as respostas educativas das escolas, para todos, com todos e para a toda vida, deve preocupar-se com a remoção das barreiras para aprendizagem e para participação (promovendo a interação, entre os colegas de turma... e, por certo com os objetos do conhecimento e da cultura)” (Carvalho, 2004, p.111).

Assim como há obstáculos em desenvolver o trabalho de inclusão junto aos professores, também há barreiras junto aos pais, que entendem que a aprendizagem de seus filhos é tarefa da escola. Torna-se necessária a ação para ampliação e melhoria de informações sobre inclusão social na escola dentro da própria escola, para conseguir merecer o crédito tanto da comunidade quanto dos pais dos alunos. Esta competência adquire-se na mudança de atitude frente à diferença e, posteriormente, no contato permanente com a diversidade, com outros profissionais envolvidos, com a educação e em encontros culturais onde haja atualização e troca de experiências para uma ação inclusiva. É fundamental para o trabalho psicopedagógico integrar pais, professores e comunidade com o objetivo de contextualizar o assunto na escola.

A ação psicopedagógica suscita o desejo no aluno com NEE, a aprender, a explicitar a relação com o saber, desenvolvendo a capacidade de autonomia em querer aprender.

Os funcionários da escola interessam-se pela aprendizagem com abordagem inclusiva, oferecendo situações abertas. Há também maneiras

lúdicas no propor tarefas cognitivas. Não é necessário que o trabalho de inclusão pareça uma via única, ela é multilateral, pode-se aprender rindo, brincando, tendo êxito.

O atendimento psicopedagógico não pode evocar um livre ato de negócios lucrativo e parcial, distante do referencial sobre inclusão e, não necessariamente, exercer posição apenas sobre a demanda das famílias economicamente favorecidas, mas assumir com a instituição de ensino inclusivo e de qualidade para todos, em parceria, com dosagem qualitativa em informações sensatas que capacitem e envolvam não somente a escola e profissionais, mas os pais e a comunidade na construção consciente e compartilhada, movidos pelo espírito científico, no planejamento à ação exercida por todos em atenção à diversidade desses alunos, para um levantamento de soluções e, tendo em vista o bem-estar coletivo, deve interferir, ou seja, ter um papel crítico na realização de mudanças.

“Tal intervenção, para ser eficaz deverá responder, na medida do possível, às características individuais de cada aluno tenderá a ser intensiva quanto à concentração de meios sobre mecanismos responsável e deverá evitar que o aluno entre novamente em contato com aquelas situações que possam favorecer atitudes de regressão até que possua recursos suficientes para enfrentá-los” (Monereo et al., 2000, p.15).

O papel psicopedagógico preocupa-se não só com a transmissão de conhecimentos, mas como são transmitidos e preservados nos alunos com NEE. Na inclusão social na escola, o conflito tem raízes na formação padronizada, assim, o baixo rendimento nos alunos com NEE pode estar ligado não à pouca capacidade cognitiva, mas social que se expressam na escola.

Assim, fica evidente a significação e a importância da psicopedagogia para a vida social inclusiva, pois é ela, na escola, na intervenção que pode garantir as condições de coesão, de renovação e espontaneidade no processo de aprendizagem. “A educação é a socialização da criança” (Durkheim,

1978, p.30).

Para tanto, é preciso que o trabalho psicopedagógico esteja em condições sempre de distinguir, claramente, a educação inclusiva, a fim de que não confunda o papel psicopedagógico na escola e possibilite o resgate e o acolhimento de alunos com necessidades especiais, dentro de seus limites físicos, psíquicos, motores, visuais, psicológicos e orgânicos, e os alunos de necessidades educacionais especiais relacionados às dificuldades acentuadas de aprendizagem, disfunções, altas habilidades etc., e que todos, sem domínio de um esquema padronizado e único, mas que possibilite análise e compreensão da realidade do ponto de vista integrativo, à luz da ciência, como é feito na escola inclusiva oficial.

A exigência básica profissional é, sem dúvida, a de uma participação ativa, para que os aspectos da vida social, cultural, afetiva do aluno expressem-se em ações sociais de inclusão, através do processo de desenvolvimento de aprendizagem e que se torne possível estabelecer vínculo entre o desenvolvimento de todos na diversidade e o desenvolvimento interativo na sociedade escolar. E através de participações de docentes, agentes e demais profissionais da área, envolvê-los numa boa qualificação profissional. E frente às diferenças individuais, desenvolvendo em todos a consciência de que todos são diferentes, não existe a perfeição humana e que, dentro desse conceito, se concretize a resposta ao desafio de ressignificar os papéis na escola, tornando-a inclusiva e disponível às condições de uma verdadeira formação continuada em parceria com a intervenção psicopedagógica.

“Quando dizemos que a psicopedagogia se preocupa com o ser completo, que aprende, não podemos esquecer que faz parte da completude deste ser a capacidade de aprender em interação com aquilo ou aquele que ensina; e que ação de ensinar não é sempre exercida pelo professor, assim como a de aprender não é de responsabilidade somente do aluno” (Barbosa, 2001, p.23)

A psicopedagogia e a educação, enquanto instituição, mantêm condições que permitem o desenvolvimento cognitivo. Simultaneamente, tende a se tornar cada vez mais acessível às camadas mais altas da população, mas as funções que se espera é que a inclusão escolar não limite às instituições particulares, daí a importância de desempenhar o papel da educação integrada de boa qualidade que permita discernir os aspectos fundamentais para o ser, enfim, ter uma educação com visão contextualizada, portanto, inclusiva enquanto instrumento de ação.

À psicopedagogia com o trabalho de intervenção cabe desvendar o que cobre a realidade escolar no aluno NEE, observando em toda a sua objetividade, até que ponto as necessidades e dificuldades de integração básica estão ou não sendo atendidas com eficácia, trabalhar dentro do quadro das opções que se colocam concretamente como dificuldades de aprendizagem e quais as soluções mais viáveis para a superação e/ou tratamento. Não é por coincidência que foi desenvolvida a psicopedagogia na escola inclusiva, sendo como um dos alicerces para seu quadro profissional. Como a educação, ambas são responsáveis pela funcionalidade do desenvolvimento de ensino e aprendizagem. E a compreensão clara das funções da psicopedagogia na sociedade escolar inclusiva é justamente aquela que desempenha a tarefa de prevenir e/ou desenvolver atividades graduais

diante das dificuldades em nível diversificado, de forma que o aluno NEE possa reconhecer a trajetória na intervenção realizada.

O psicopedagogo consciente deve manter-se cauteloso toda vez que lhe couber emitir opinião acerca de algum problema de aprendizagem, principalmente se não dispuser de amplos conhecimentos a respeito dos fatores cognitivos, sociais, emocionais e/ou psíquicos que os condicionaram na escola, na família e/ou com o grupo. Deve-se ter sempre em mente que a verdade científica não se mostra transparente. É justamente o de levantar, com a ajuda dos instrumentos e das categorias de atendimento adequados, que os fatos possam ser descobertos. Para Feltrin (2004), cada dificuldade, principalmente de alunos com NEE, só pode ser entendida dentro de um levantamento de dados, que tem como fundamento explicar as possíveis dificuldades de aprendizagem.

O sistema educacional inclusivo, por sua vez, inclui uma pluralidade de alunos que interage com dificuldades múltiplas, a relação dos alunos com os problemas de aprendizagem é compartilhada ou relativamente estável a negociações. Tais problemas são internalizados através de uma socialização, ou no processo pelo qual diversos profissionais desempenham seus papéis, agem de acordo com determinada responsabilidade e os alunos se adaptam de modo consciente a mudanças no processo cognitivo.

O trabalho psicopedagógico sobre a mudança e produção na diversidade é baseado amplamente e considera a diferenciação do sistema inclusivo como a chave para mudança no desenvolvimento cognitivo do indivíduo.

Numa sala única pode funcionar com um só professor, se ele, diante da diferença, trabalhar o equilíbrio científico e a prática educativa, condições organizadas para desenvolver qualidade no processo de ensino em parceria com a intervenção psicopedagógica. As habilidades requeridas para um ensino de qualidade são escassas por causa dos custos de treinamento ou falta de vontade profissional, mas é por isso que são exigidas maiores fundamentações para assegurar que os papéis sejam exercidos de forma competente. Esta análise revela o grande valor de uma abordagem precursora do professor no aluno, e o psicopedagogo exerce o seu papel em nome da sociedade escolar inclusiva. E a partir de práticas e explicações alcançadas, o psicopedagogo, vivenciando as perspectivas para a escola inclusiva, identifica relações multilaterais deixando claro que não se pode entender conteúdo e métodos da educação sem o contexto social favorável à integração na produtividade cognitiva, diante da particularidade de cada um.

A perspectiva inclusiva considera que o meio de promover a integração no contexto escolar sobre a atribuição e a construção do conhecimento, à medida que o indivíduo percorre o sistema educativo, passando da educação padronizada, associada à sociedade, transformando-se na adaptação da escola inclusiva, destaca o papel socializador na diversidade, seu caráter produtor para a integração e as relações com o desenvolvimento de aprendizagem e a educação em uso, mantém valores proclamados num processo de adaptação às concepções sociais. Esta explicação envolve uma grande variedade de posições, assim, é importante ressaltar que inclusão escolar não é sinônimo de conflito, mas de mudança, uma maneira de focar

a realidade educacional em parceria com o trabalho psicopedagógico que é concebido como um instrumento de produção.

As alternativas são muito mais importantes, inclusive porque ajudam a definir a dificuldade de aprendizagem de cada um, assim, as relações a se caracterizarem na escola, baseiam-se na boa qualidade e na difusão do trabalho educacional inclusivo a ser gradual e acessível, formalizando as relações entre educadores e a sociedade, rompendo barreiras também no espaço interno da escola, favorecendo rendimento para o aluno com NEE.

A importância cada vez mais clara que se tem da psicopedagogia como um fator de desenvolvimento, acompanha de perto a necessidade cada vez mais urgente de internalização sobre a igualdade de todos e que, se espera, sejam cumpridas na instituição, principalmente para o tratamento onde em todos os níveis dos problemas de aprendizagem, a importância de entender o aluno NEE e o caráter das relações e a sensibilidade na medida em que se desempenha o trabalho psicopedagógico, desenvolvendo, modelando, o comportamento institucional diante do problema à combinação segura de fatores que promoverá atitudes positivas. A influência exercida pelo especialista sobre a apreensão dos conhecimentos, em seu sentido mais profundo, está permanentemente ligada à interação: quanto mais dinâmica e ampla é esta ligação, mais se torna cooperativa e empática.

“Igualdade de oportunidade para a permanência do aluno na escola não deve ser confundida com igualdade de situações de avaliação, mas entendida como a contemplação de diferentes situações de aprendizagem, envolvendo os indivíduos na sua dimensão coletiva e individual” (Bossa, 2000, p.69).

Esta importância das escolas em parceria com a psicopedagogia, permite um trabalho de base inclusivo, ao mesmo tempo, demonstra integração na aprendizagem dos alunos NEE e o tratamento psicopedagógico, levando em consideração condições na ampla profundidade em que se processa a vida dos grupos humanos e compreender, a partir dessa visão, constantemente, todos os grupos sociais na escola. O caráter profissional psicopedagógico se conquista historicamente e se repete a cada dia, em cada ser humano que precisa, antes de mais nada, aprender a integrar os conhecimentos.

O psicopedagogo consciente deve empenhar-se em resgatar as potencialidades que poderão ou não ser desenvolvidas e atualizá-las segundo o limite de cada um, num processo gradual de ensino e aprendizagem para sua vida social e escolar.

A psicopedagogia tem oferecido contribuição significativa, favorecendo desempenhos positivos no processo de construção cognitiva em alunos NEE. Ele procura assumir o ponto de vista do envolvido e estuda, para melhor compreendê-lo. Adota metodologia de trabalho compartilhado com profissionais da escola, estendendo proteção à educação inclusiva, promovendo condições que permitem responder às necessidades educacionais com vínculos estreitos com a família, que se torna participativa na intervenção e, respeitando, as diferenças individuais e o multiculturalismo dos alunos, com valorização integral no docente, sempre com recursos materiais e humanos na busca da melhoria à resposta das dificuldades, portanto, preocupa-se com as ações realizadas na escola, com o todo e com sua integração com a realidade local e com aquela, mais ampla, do aluno em que está inserido o problema.

“A educação acontece no contato com os outros e as potencialidades e as falibilidade das pessoas moldam a extensão e a textura do crescimento de cada um de nós” (Stainback & Stainback, 1999, p.65).

A ação psicopedagógica permite que se acrescentem novas determinações que enriquecem, portanto, o desenvolvimento de aprendizagem e entram, assim, na escola inclusiva novos elementos que ingressam em seu mundo, perspectivas de realizar com habilidades significativas, condições básicas para mobilização da aprendizagem, numa turma com NEE, o sucesso integral.

E nessa concepção, o psicopedagogo assume caráter amplo, não restrito à escola em si, mas à escola canalizadora de informações e métodos comprometidos com a realidade complexa do aluno, na dificuldade de aprendizagem, e, na sua diversidade para desenvolvê-la.

De acordo com Feltrin (2004) o importante é fazer com que alunos com NEE tornem-se parte do grupo escolar, quer dizer, torná-los participantes, principalmente diante da sociedade que exclui. Então, o psicopedagogo, convivendo e pensando a diversidade, facilitará a inclusão desejada, pois não há restrições às dificuldades, pois o atendimento consiste em ajudar a superação dos conflitos internos na relação com o conhecimento, desenvolvendo uma consciência aberta e reflexiva, capaz de superar as contradições existentes sobre suas dificuldades e possíveis necessidades especiais. E assim, o comportamento do especialista deve estar engajado numa prática inclusiva, valorizando o contexto social para que cada aluno com dificuldade produza condições básicas para a aprendizagem, sendo o

psicopedagogo cooperador e organizador, assegurando oportunidades para a solução em comum dos problemas cognitivos e sociais na escola.

O atendimento, neste método inclusivo, consiste em refletir conjuntamente de forma crítica sobre os objetivos que os mediatizam, numa dimensão à realidade dos aprendentes com dificuldades, buscando explicitar a ação com processo de desenvolvimento mental proposto também por grandes educadores, o psicopedagogo na realidade, possibilita atividades diversificadas de avaliação, segundo sua delimitação de área ou dimensão a ser avaliada, a organização de instrumentos para coletar dados, interpretação e análises, a síntese dos resultados e uma avaliação final para estar sempre atento à percepção do aprendente, atribuindo através de suas próprias emoções, novas experiências que desenvolvam assimilação e acomodação (no fazer e desfazer, no construir e destruir manual ou mentalmente), situações que impedem a construção do saber, proporcionando através também, de depoimentos, de pais e coordenação da escola, técnicas para garantir continuidade de discussão dos problemas de aprendizagem, para responder às necessidades, no sentido de verificar e interpretar diferentes métodos científicos para realizar aproximação do aprendente com o conhecimento numa linguagem diversificada e clara, desenvolvendo uma compreensão cada vez mais abrangente e significativa da realidade.

A intervenção psicopedagógica na perspectiva inclusiva trata-se, pois, da necessidade de articulação do aprender nos alunos com NEE, através de atividades cotidianas, lembrando que as dificuldades de aprendizagem não são únicas, tampouco definitivas, por alunos, professores e pais. E através de

atividades e técnicas psicopedagógicas e o uso do material lúdico, e as diversas avaliações pedagógicas e extra-salas, a relação com o conhecimento, qualificando o desenvolvimento cognitivo do aprendente para um rendimento de ensino e aprendizagem, sempre sondando subsídios práticos na diversidade, determinará desenvolvimento para os demais aprendentes. A idéia é despertar o interesse para a realização da consciência e produção cognitiva do aluno com NEE, numa relação integral, capaz de atingir desempenho cognitivo. O interesse no indivíduo com problema de aprendizagem, impulsionando novas abordagens para o acompanhamento psicopedagógico, sugere estudos e práticas, no sentido de identificar de várias maneiras, intervenções com características semelhantes às reais dificuldades encontradas, direcionar as práticas interventivas no sentido de melhor classificar um atendimento com diagnóstico fidedigno, buscando explicações ao nível interno e externo do aprendente, diante de suas interferências no aprender, principalmente quando se trata de indivíduos com dificuldades múltiplas para desenvolver o ato do conhecimento. E este estudo, a psicopedagogia na inclusão educacional, mostra que o atendimento pode favorecer o indivíduo, predominando no seu limite, atitudes e atividade de tratamento com conteúdo e avaliação educativa, inter-relacional com seu meio social, estruturando em ação decisivamente gradual, o conhecimento, ainda não respondido de forma satisfatória, no contexto escolar.

A formação de psicopedagogos realiza o trabalho com aspecto de suma importância, na aprendizagem como fator de contribuir muito mais, para a estruturação de práticas fundamentadas no desenvolvimento cognitivo, sobre

critérios, nítidos para o ensino com qualidade. Uma questão, portanto, de trabalhos de ensino e aprendizagem, desarticulada de interesses políticos, um tipo de análise, que as referidas abordagens não constituem sistemas fechados, principalmente quando sua missão é desempenhar, através de tendências diversificadas, um sentido maior para que a prática de aprender ganhe maiores adeptos, portadores da construção do conhecimento e ações sociais na escola, proporcionando atitudes de responsabilidade, colaboração, mudança por parte dos alunos e profissionais da área educacional, para uma qualidade de aprendizagem com preservação da integridade social na escola.

Segundo Carvalho (2004) defender a inclusão na escola, numa visão psicopedagógica, tem como tema gerador a democratização da necessidade de explicitar o fato em caráter de urgência às dificuldades de aprendizagem, para que a educação corresponda de maneira abrangente, uma educação satisfatória, igual para todos, na diversidade da realidade escolar. E toda ação, para que seja válida, deve expandir-se na praticidade, para ser um ato comprometido com igualdade e respeito entre todos os educandos com necessidades educacionais especiais.

CONCLUSÃO

Conclui-se, o psicopedagogo como especialista, sendo a ferramenta de desenvolvimento de aprendizagem, exercita, necessariamente, o aprimoramento nesse processo, pois o especialista sob este enfoque, na concepção inclusiva, pressupõe que cada indivíduo tenha e mantenha a possibilidade de adquirir desempenho satisfatório no processo de aprendizagem. O desafio é qualificar o ensino, sem perder o papel psicopedagógico no contexto escolar inclusivo. A função é oferecer oportunidades iguais para o desenvolvimento de ensino e aprendizagem, e o psicopedagogo não tem pretensão em eliminar as diferenças entre as pessoas, mas construir um melhor método de ensino, onde não existam barreiras à realização das potencialidades individuais e intervenção apropriada a cada necessidade. Então, seu papel social será o de preservar e contribuir para que as relações no desenvolvimento de aprendizagem, entre outros aspectos, visem valorizar a qualidade de aprendizagem adquirida individualmente, rompendo os obstáculos que venham a impedir no interior de cada um, ou da escola, o ajustamento na apreensão dos conhecimentos. Significa que seu trabalho interliga, interpenetra com a perspectiva da escola inclusiva para todos.

A psicopedagogia é vista como um processo de qualificação cognitiva, capacitando o ser a conduzir e consolidar a aprendizagem no cotidiano, e ao mesmo tempo, manter-se nessa prática, modificando o relacionamento com a escola e entre profissionais e alunos, convertendo-os à aceitação e acomodação a inclusão educacional. E foi nesta fonte, entre outras, que se

baseia o trabalho psicopedagógico. Com comprometimento voltado para cooperação do conhecimento, como corpo especializado.

Constata-se que há uma grande distância entre a teoria e a prática, mas em termos de oportunidades, o campo psicopedagógico requer, de fato, a nível social escolar, capacitar, transformar o sistema educacional ao contexto inclusivo, permitindo reduzir as dificuldades de aprendizagem. E esta abordagem, desenvolver a capacidade de cada um, numa intervenção psicopedagógica, enfatizando a necessidade de produção do aprendente com dificuldades. Isto, porém, não implica atitudes dominantes, mas focar o problema e trabalhar preventivamente, oferecendo meios para a produção de conhecimento, e transformando o papel docente em portadores do saber e da praticidade inclusiva, convencendo todos, principalmente para os alunos com necessidades educacionais especiais, à construção do saber, que, em parte, sobretudo, inicia-se com a abertura e aceitação, criando uma consciência de amizade e respeito pela diversidade. Por isso, as escolas e as comunidades devem unir-se, garantindo estabilidades, seguindo princípios de uma educação com qualidade para todos.

Esta perspectiva difere da idéia de escola instituição, porque estabelece a intencionalidade de mudança como grande meta numa prática exercitada no contexto social inclusivo onde é realizado.

A pretensão é mobilizar a atuação do psicopedagogo na escola inclusiva, solicitando desse profissional um comprometimento com as classes populares, e em especial com o papel que a escola inclusiva deve desempenhar na igualdade das oportunidades entre alunos com NEE e na

socialização do conhecimento. E mais do que uma definição do papel psicopedagógico, busca-se uma compreensão, mais do que uma resposta, tem-se um desafio, com a participação maior, a educação contextualizada, voltando a assumir o papel de destaque na sociedade, entre as atribuições psicopedagógicas, coordenando o processo de prevenção com atitudes realizadas num contexto educativo, cooperado com a família, docentes e com a comunidade, para que o direito à educação com qualidade seja entendido como um bem essencial que deve ser extensivo a todos na diversidade. Centrando cada vez mais no desenvolvimento do ensino e aprendizagem, eliminando as barreiras do preconceito e o psicopedagogo possa atuar na escola inclusiva, tendo uma relação legítima com o saber, que é definida pelo contrato didático, executando um trabalho de resgate de identidade diante da diversidade, definindo seu próprio sujeito a apropriar conhecimentos.

A intervenção psicopedagógica numa perspectiva inclusiva, possibilitará inter-relação com as habilidades de cada um, na produção e no desenvolvimento cognitivo, ajudando a progredir em suas aquisições futuras e especificar, com maior clareza, as dificuldades de cada um, em cada um dos aspectos possíveis.

Neste caso, fica evidente que a função do psicopedagogo na escola inclusiva, busca desenvolver um atendimento geralmente interdisciplinar, como um mediador que possibilita no processo de aprendizagem contribuições satisfatórias e necessárias para a apreensão de conhecimentos do aprendente em atendimento especializado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBOSA, Laura M.S. **A Psicopedagogia no Âmbito da Instituição Escolar**. Curitiba: Expoente, 2001.

BOSSA, Nádía A. **A Psicopedagogia no Brasil: contribuições a partir da prática**. Porto Alegre: ArtMed Sul, 2000.

BRASIL. Senado Federar **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. MEC /SEESP , 2001 .

CARVALHO, Rosita Edler. **Educação inclusiva com os pingos nos is**. Porto Alegre: Mediação, 2004.

COLL, C. **Psicologia e Currículo: uma Aproximação psicopedagógica à elaboração do currículo escolar**. São Paulo. Ática. 1996.

CORREIA, Luis de Miranda. **Educação inclusiva ou educação apropriada?** Porto: Porto Ed., 2001.

DURKHEIM, Émile. **Educação e sociologia**. São Paulo: Melhoramentos, 1978.

FELTRIN, Antonio Efro. **Inclusão social na escola: quando a pedagogia se encontra com a diferença**. São Paulo: Paulinas, 2004.

FERNANDEZ, Alicia. **Os Idiomas do aprendente**. Porto Alegre: Artmed, 2001.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz & Terra, 1996.

MONEREO, Carlos; SOLÉ, Isabel et al. **O Assessoramento psicopedagógico: uma perspectiva profissional e construtivista**. Porto Alegre: ArtMed Sul, 2000.

SOLÉ, Isabel. **Orientação educação e intervenção psicopedagógica**. Porto Alegre: ArtMed, 2001.

STAINBACK, Susan; STAINBACK, William. **Inclusão: um guia para educadores**. Porto Alegre: ArtMed, 1999.

WEISS, M. L. **Psicopedagogia clínica: uma visão diagnóstica dos problemas de aprendizagem escolar**. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

ZABALA, Antônio. **A Prática educativa, como ensinar**. Porto Alegre: Artmed, 1998.